

# Racismo, infâncias no Brasil e branquitude: algumas perguntas para nós, psicanalistas

*Racism, childhoods in Brazil and whiteness:  
some questions for us psychoanalysts*

Jôse Lane de Sales\*

**Resumo:** Esta produção está baseada na fala apresentada na mesa de debate “*Considerações sobre o racismo como fator de risco para a constituição subjetiva*” promovida pelo Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro em novembro de 2022. Na ocasião, tive como objetivo não somente pensar os impactos do racismo no processo de constituição subjetiva de crianças negras, mas principalmente problematizar o ambiente que produz e perpetua essa violência. Nesse sentido, foi apresentado de forma resumida o conceito de branquitude, a fim de pesarmos como o racismo nos atravessa e seus efeitos sobre a prática psicanalítica.

**Palavras-chave:** Racismo. Branquitude. Constituição subjetiva.

**Abstract:** *This production is based on the speech presented at the debate table “Considerations on racism as a risk factor for the subjective constitution” promoted by the Psychoanalytic Circle of Rio de Janeiro in November 2022. On that occasion, I aimed not only to think about the impacts of racism in the process of subjective constitution of black children, but specially to problematize the environment that produces and perpetuates this violence. In this sense, the concept of whiteness was briefly presented, to weigh how racism impacts us, and its effects on psychoanalytic practice.*

**Keywords:** Racism. Whiteness. Subjective constitution.

---

\* Psicóloga da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Professora da Uninassau -RJ e da Pós-Graduação em Psicanálise e Contemporaneidade: Trauma e Urgências Subjetivas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CCE PUC-Rio).

## UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Participar deste evento promovido pelo Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro me causa enorme satisfação por observar a problemática das relações raciais ser incorporada à formação dos psicanalistas. Essa é uma questão que atravessa a constituição subjetiva de todos os brasileiros, porém historicamente foi muito negligenciada nas discussões psicanalíticas, tanto nas instituições de formação quanto nas universidades.

Antes de partilhar minhas reflexões, convém me apresentar, expor o meu lugar de fala. Entendo lugar de fala tal como Djamila Ribeiro (2017), um conceito que nega a neutralidade epistemológica e a ideia de um discurso universal e neutro, e evidencia a importância de o pesquisador reconhecer e explicitar de qual lugar parte para falar de determinado assunto. Assim, lugar de fala, diferentemente do que ficou difundido no senso comum e nos debates travados nas redes sociais, não envolve a proibição de se pronunciar sobre determinado assunto em virtude da ausência, ou presença, de certos marcadores sociais.

Acredito que a forma mais coerente de me apresentar e situar de onde partem minhas considerações é tentar localizar o meu desejo de estudar as relações raciais. Dentro daquilo que é do campo da consciência, é possível afirmar que esse desejo ganhou força a partir de inquietações advindas do exercício da escuta no consultório e nas Escolas Municipais do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Ouvir os sofrimentos e as dores decorrentes das vivências cotidianas dos sujeitos que se percebem alvo de discriminação racial me levou a transformar as implicações psíquicas do racismo em objeto de pesquisa de um Doutorado<sup>2</sup> que já estava em curso. A pesquisa culminou no livro *Racismo no Brasil: um olhar psicanalítico* (2019) e em uma transformação na forma como enxergo o mundo. Foi só a partir desse trabalho que, por exemplo, dei-me conta dos privilégios advindos do fato de ser lida como branca em nossa sociedade. Hoje, mais atenta aos meus privilégios, sei que parto de um lugar bastante protegido para falar sobre relações raciais. Cabe dizer ainda que, embora oficialmente a pesquisa vinculada à universidade tenha findado, sigo debruçando-me sobre

---

<sup>1</sup> Atuo como psicóloga integrante do Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas (Proinape) pertencente à Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Doutorado no Programa da Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

as relações raciais e, nos últimos anos, tenho me dedicado a estudar a branquitude e seus impactos na clínica psicanalítica.

Por fim, tendo em vista a importância do conceito de lugar de fala, que entre outras consequências explicita quais são as vozes que historicamente foram legitimadas no âmbito das produções acadêmicas e culturais, e quais não são consideradas, neste trabalho, optei por escrever ao menos uma vez no corpo do texto os nomes completos, e não apenas os sobrenomes das autoras e autores referenciados. Entre as minhas intenções, está por exemplo, evidenciar os gêneros.

## ALGUMAS PERGUNTAS

Feita a minha apresentação, diante da proposta da mesa de debate “*Considerações sobre o racismo como fator de risco para a constituição subjetiva*”, preciso admitir que tenho mais perguntas do que respostas. Vou começar dividindo as três que mais me angustiam no momento:

1. Em um ambiente racista, o processo de constituição subjetiva de crianças negras e brancas carrega especificidades próprias?
2. Com quem as crianças negras brasileiras podem se identificar?
3. Com quem, ou o que, as crianças negras estão sendo identificadas?

Para nos ajudar a pensar a respeito, compartilharei duas cenas. A primeira encontra-se no livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), da psicóloga e artista portuguesa Grada Kilomba, e passeia pelas memórias de infância de Alícia, nome fictício de uma das mulheres entrevistadas pela autora. A segunda cena se ancora em uma experiência de escuta coletiva realizada em uma das escolas onde atuei.

Cena 1: Alícia, jovem negra adotada por mãe e pai brancos, convivendo exclusivamente com pessoas *brancas*, sendo ensinada a temer pessoas *negras*<sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup> Na carta à Edição Brasileira do seu livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), Grada Kilomba nos lembra que a língua, ainda que possa ser poética, comporta uma dimensão política de fixar e perpetuar relações violentas e de poder através das palavras. Nesse sentido, a autora em sua escrita propõe uma nova forma de se referir a alguns termos. Entre esses termos, o termo *negro* tradução da língua portuguesa para o termo inglês Black. Negro, segundo ela, embora também possa ser usado como um termo político, está ancorado na

relembra o que sentiu ao encontrar com uma mulher *negra* na companhia de sua mãe.

Eu, eu sempre pensei que não era vista como uma *Neger*, somente africanas/os ou pessoas *negras*, ou pessoas *negras* de pele muito escura eram *Negers*, mas eu não. *E, obviamente, quando eu era criança eu não queria ter nada a ver com elas ou ser como elas, porque sempre que eu ouvia uma pessoa branca falar sobre a/o Neger eu entendia que isso deveria ser algo perigoso, algo muito... Algo que eu não queria ter absolutamente nada a ver com...* (KILOMBA, 2009, p. 150, grifo nosso).

Cena 2: Em conjunto com uma assistente social, eu realizava uma dinâmica com uma turma do 6º ano fundamental em uma Escola Municipal, cujo objetivo principal era refletir acerca dos sentimentos difíceis nas adolescências. Um dos momentos da dinâmica envolvia uma discussão em pequenos grupos de alunos sobre o sentimento escolhido pelos integrantes e, posteriormente, a escrita de um breve texto. Reparei que o grupo dos meninos que tinha escolhido o sentimento “medo” estava bastante alvoroçado. Me aproximei do grupo e ouvi um dos meninos dizendo que tinha medo de trovão e o restante criticando um colega que, segundo eles, estava querendo escrever besteira. Insisti em escutar o pré-adolescente acusado pelos colegas de desejar escrever besteira; ele então diz: “Eu quero que escrevam que tenho medo da polícia porque sou preto.”

Considerando as duas cenas e retomando a primeira pergunta lançada: em um ambiente racista, o processo de constituição subjetiva de crianças negras e brancas carrega especificidades próprias? Podemos responder com toda a convicção que sim, a constituição subjetiva de crianças negras e brancas no Brasil comporta especificidades decorrentes do ambiente racista em que somos socializados. Nesse contexto, o sofrimento psíquico das crianças negras é gritante. Curiosamente, nós, psicanalistas, negligenciamos esse sofrimento por muitos anos e só recentemente começamos olhar para ele, a escutá-lo, mas ainda temos muita dificuldade de interrogar o que temos a ver com isso.

Seguindo os ensinamentos de Grada Kilomba (2019), penso que não faz mais sentido a indagação “somos racistas?”. Precisamos nos implicar e ter coragem de questionar: “como nós, psicanalistas, podemos desmantelar o nosso racismo?”

---

terminologia colonial e relacionado a uma história de violência e desumanização. Assim para marcar um afastamento deste sentido, a autora faz a opção de escrever com letra minúscula e em itálico: *negra/o*.

Nesse sentido, minha proposta hoje não se restringe a examinar os impactos do racismo na constituição subjetiva daqueles que são sistematicamente discriminados. Além de olhar para os efeitos dessa violência nas crianças negras, quero lançar luz e problematizar o racismo que nos constitui e atravessa a nossa prática. Por mais desconfortável que seja, essa tarefa precisa ser feita. Mas vamos começar examinando o processo de constituição subjetiva das crianças negras e suas especificidades.

## O RACISMO E OS PERCALÇOS DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA

No que concerne às singularidades da subjetivação das crianças negras, vou retomar, de forma breve, alguns pontos que foram desenvolvidos no meu livro *Racismo no Brasil: um olhar psicanalítico* (2019).

Aprendemos com Sigmund Freud (1927/1996) que a necessidade mais forte da infância é a proteção por parte dos pais. Mesmo defendendo que o desamparo se estende por toda vida, Freud (1927/1996) não deixa de apontar as peculiaridades do desamparo infantil. Ele enfatiza que a experiência do desamparo nos primeiros anos de vida é terrificante a ponto de despertar a necessidade de proteção por meio do amor. É por isso que um dos maiores temores da criança é a perda do amor e da aprovação dos adultos que exercem os cuidados parentais. Em minha concepção, perder o amor, nesse contexto, equivale a não se sentir aceita em sua singularidade, inclusive em seus aspectos corporais. Desse modo, não é difícil deduzir que, para uma criança negra criada em uma sociedade racista, a ameaça da perda do amor e da desaprovação tende a ser ainda mais acentuada e não se limita à esfera da fantasia.

Nesse ponto, é importante destacar que a ameaça à qual estão sujeitas as crianças negras, não está restrita à perda do amor; é anterior a ela, é de ordem narcísica, é uma ameaça à própria existência. Conforme sublinha Camila Farias (2017), é um sofrimento distinto do que fora descrito por Freud (1930/1996) ao caracterizar o mal-estar advindo das renúncias pulsionais impostas pela vida em sociedade. O sofrimento em questão não comporta a vantagem de possibilitar a inclusão social, muito pelo contrário, é decorrente da exclusão (FARIAS, 2017).

A criança negra já carrega marcas das conseqüências do racismo antes mesmo do seu nascimento; afinal ao chegarmos ao mundo já estamos inseri-

dos na história de nossos genitores e da sociedade que nos receberá. Nessa perspectiva, Maria Lúcia da Silva (2017), sublinha que as pressões raciais se iniciam e estão inscritas umbilicalmente na existência material e emocional da criança negra, e o racismo a rondará tal como um fantasma que ninguém vê, mas existe. Já Isildinha Nogueira (1998) enfatiza que, para a criança negra, não existe um momento mítico anterior ao confronto com o racismo. Os efeitos do racismo estão dados desde sempre, antes de experiências concretas de preconceito, antes mesmo de seu nascimento, em virtude da presença do racismo no psiquismo materno.<sup>4</sup>

Isildinha Nogueira (1998) examina também as particularidades da experiência especular das crianças negras e faz algumas pontuações relevantes. Da proposta da autora, podemos depreender que, nas crianças que carregam no corpo marcas que a sociedade discrimina, o fascínio oriundo da visão da própria imagem no espelho será acompanhado simultaneamente por uma repulsa por essa imagem. Repulsa que só se faz presente em decorrência dos ideais construídos em uma sociedade racista.

Nesse ponto, preciso fazer algumas observações: o texto de Isildinha data de 1998; entre ele e os dias atuais se passaram 25 anos e alguns avanços do ponto de vista legal, educacional e cultural. No que concerne à legislação, temos, por exemplo, as *Leis Federais 10.639 e 11.645*, que versam sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígena nas escolas. No aspecto educacional, foi a *Lei Federal 12.711*, que dispõe sobre o ingresso de estudantes por cotas em universidades e outros estabelecimentos de Ensino Federal, que levou para dentro dessas instituições jovens negros que estão revolucionando o ensino ao questionarem os referenciais epistêmicos de cada curso. Na esfera cultural, surgiram personagens infantis negros, bonecas e bonecos negros, produtos de beleza voltados para as características físicas de pessoas negras etc. Tudo isso sem mencionar a visibilidade e a capilaridade que as pautas do movimento negro parecem ter alcançado com o advento das mídias sociais. Todas essas mudanças reverberam na sociedade e, conseqüentemente, nos processos de constituição subjetiva. Por conseguinte, atualmente, dependendo do ambiente em que uma criança negra esteja inserida, há chances de a repulsa pela sua imagem corporal não se fazer presente.

---

<sup>4</sup> Avalio que cabe pensar a presença do racismo não apenas no psiquismo materno, mas no das figuras parentais.

Seguindo com as reflexões acerca da constituição da imagem de si pelas crianças negras, os ensinamentos de Franz Fanon, autor do célebre *Pele negra, máscaras brancas* (1952/2008), a despeito da distância geográfica e temporal, pode nos ajudar. Ao analisar a transição realizada pelas crianças francesas entre o ambiente doméstico e o ambiente público, Fanon (1952/2008) visualizou uma diferença marcante entre as brancas e as negras. O autor percebeu que somente para as primeiras havia uma coerência entre as figuras do universo familiar e os símbolos coletivos e nacionais. Por exemplo, ao examinar as revistas ilustradas<sup>5</sup>, constatou que eram formuladas pensando unicamente nas crianças brancas. As personagens brancas sempre estavam presentes e, na maioria das vezes, como protagonistas, enquanto as personagens negras ou os indígenas quando figuravam serviam apenas para receber e/ou incorporar a agressividade coletiva; elas eram o lobo, o diabo, o gênio do mal, o mal, o selvagem etc. As crianças, brancas ou negras, obviamente identificam-se com o protagonista, o vencedor, que invariavelmente eram as personagens brancas. O problema é que, ao fazer isso, as crianças negras rejeitam a sua realidade física. Muito à frente do seu tempo, Fanon (1952/2008) denunciou algo que só recentemente uma boa parte dos psicanalistas começou a problematizar, mas que a militância negra brasileira também já aponta há tempos.

Apesar dos pequenos avanços no campo cultural citados anteriormente, nem precisamos de muito esforço para constatar as semelhanças entre o contexto francês criticado por Fanon em 1952 e o contexto brasileiro atual. Aqui encontramos elementos para avançar na direção da segunda pergunta lançada no início desta exposição: Com quem as crianças negras brasileiras podem se identificar?

Sem entrar na problemática do conceito de identificação para a psicanálise, essa interrogação nos leva à ideia de mitos racializantes. Mitos que dizem respeito ao que é ser branco ou negro em sociedades organizadas a partir de uma hierarquia racial. O livro de Franz Fanon (1952/2008) citado anteriormente, é um dos pioneiros na apresentação e problematização desses mitos. No Brasil, a psicanalista Neuza Santos Souza com o icônico *Torna-se negro* (1983) parece dialogar com Fanon ao revelar a força dos mitos racializantes a partir de entrevistas com pessoas negras que ascenderam socialmente.

---

<sup>5</sup> Um elemento tão significativo no universo infantojuvenil da França nos anos de 1950 quanto são algumas redes sociais atualmente.

Fanon chegou até a ideia de “mito negro” entrevistando pacientes e analisando as diversas formas de expressão artística na França; Neusa, a partir das entrevistas realizadas no Brasil em outra época, observou uma paisagem bem semelhante. Ambos os pesquisadores, cada um em seu país, vislumbraram ideias solidamente enraizadas vinculando a população negra a aspectos e símbolos extremamente negativos (feio, sujo, ruim, diabo etc.) e a população branca a características valorizadas socialmente (belo, puro, limpo etc.). Assim, de forma relacional, por um lado, observa-se uma intensa visibilidade da cor e de outros traços físicos dos não brancos que se alinham a estereótipos negativos morais e sociais e, por outro lado, uma vinculação do branco a atributos positivos e àquilo que se considera o universal, a essência do ser humano. O efeito mais nefasto dos mitos racializantes é fixar o negro no lugar do outro e negar a sua humanidade. Não é por acaso, conforme destacou Neusa, que uma das falas míticas mais comuns é chamar a pessoa negra de “macaco”.

Nessa perspectiva, enquanto formos uma sociedade racista em que os mitos raciais ainda vigoram com força, no que concerne aos processos de identificação e construção da imagem de si, as crianças negras estarão sujeitas a vivenciar intenso sofrimento psíquico. Haverá sempre o risco de elas se verem compelidas a negar a realidade material de seu corpo, para terem sua humanidade reconhecida, para se descolarem de estereótipos negativos.

## O RACISMO QUE NOS CONSTITUI

Aproximando-me do momento de concluir, quero retomar uma parte da cena extraída do livro da Grada Kilomba (2019, p. 151): “Sempre que eu ouvia uma pessoa branca falar sobre a/o Neger eu entendia que isso deveria ser algo perigoso”. Grada, assim como Fanon, Neusa e diversos outros autores, são enfáticos ao defender que essa imagem racial repulsiva presente no relato da Alícia não tem a ver com algo inerente à pessoa negra, é, antes de tudo, fruto das fantasias dos sujeitos brancos. Fanon (1952/2008) parece ter sido um dos primeiros teóricos a registrar que o racismo não afeta apenas o psiquismo dos negros, mas deforma também a visão que os brancos possuem de si. As crianças brancas crescem com ideia de que não são racializadas e de que são seres superiores às demais.

Desse modo, para avançarmos nas discussões e compreensão do racismo como fator de risco ao processo de constituição e subjetivação, não podemos



nos furtar de olhar para aqueles que historicamente fomentaram o racismo e, ainda hoje, com ou sem uma intenção deliberada, beneficiam-se da hierarquização racial. Olharemos, então, para a branquitude.

O conceito de “Branquitude” é um operador fundamental para a compreensão da complexidade e do caráter relacional dos processos de discriminação racial. Ainda que Fanon em 1952, como dito anteriormente, já estivesse atento à importância de estudar as pessoas brancas, foi só em 1990 nos Estados Unidos que passaram a questionar o objeto de estudo das pesquisas sobre relações raciais. Se as relações raciais pressupõem no mínimo a presença de dois recortes, se na violência do racismo há quem sofre e quem pratica, por que as pesquisas são unilaterais e centradas na população negra? Foram essas indagações que contribuíram para o surgimento e sistematização dos estudos críticos sobre a branquitude.

De acordo com a socióloga britânica Ruth Frankenberg em 1999 (*apud* PIZA, 2002), a branquitude pode ser definida como “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça<sup>6</sup> como um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (FRANKENBERG, 1995, p. 43 *apud* PIZA, 2002, p. 71).

Nessa concepção, é possível pensarmos a branquitude como um lugar. Assim, mesmo as pessoas brancas antirracistas, ainda que não queiram, também ocupam esse lugar de vantagens e privilégios nas sociedades impregnadas pela lógica da hierarquização racial. Ademais, a branquitude envolve a percepção que se tem desse lugar, e essa percepção passa pelo fato de o sujeito branco atribuir a categoria raça somente ao outro. O branco acredita que não é racializado, que ser branco é norma, padrão. Encontramos aí um dos aspectos mais marcantes dos estudos sobre a branquitude, a ideia de “invisibilidade”, de uma identidade racial não marcada, que vem sendo desenvolvida por diversos autores.

No Brasil, os estudos críticos ganharam maior visibilidade por volta dos anos 2000, sendo Maria Aparecida da Silva Bento, ou, simplesmente, Cida Bento, uma das psicólogas pioneiras. Essa autora postulou a ideia de “pacto

---

<sup>6</sup> Cabe destacar que de forma alguma a autora trabalha com a perspectiva de raça como um conceito biológico. Raça, aqui e nas outras vezes que figurar neste trabalho, refere-se a um constructo social, fundamental para o estudo das relações raciais, sobretudo na análise e comparação de indicadores.

narcísico entre brancos” ao destacar o silêncio dos brancos no que se refere às desigualdades raciais brasileiras. Tal pacto permite aos brancos não se reconhecerem como parte essencial na manutenção das desigualdades raciais e perpetua a fantasia de que o racismo é um problema que diz respeito única e exclusivamente à população negra (BENTO, 2012).

Os estudos críticos sobre a branquitude são indispensáveis para a compreensão das diversas nuances das relações raciais. Eles foram capazes de revelar que ser branco garante privilégios simbólicos, materiais, subjetivos, objetivos. Ademais, também explicitaram as engrenagens que fazem com que os brancos, mesmo tendo herdado da escravidão uma herança material e simbólica extremamente positiva, não consigam enxergar as vantagens desse legado, tal como pontuou Cida Bento (2012).

## **COM QUEM, OU O QUE, AS CRIANÇAS NEGRAS ESTÃO SENDO IDENTIFICADAS?**

Para refletir sobre essa terceira pergunta, a única que foi elevada à categoria de subtítulo, talvez por ser a pergunta que mais me dói, eu resgato a cena ocorrida na escola, mais precisamente, a fala do pré-adolescente: “Eu tenho medo da polícia porque sou preto”. Lembrando que na cena na qual essa fala foi pronunciada havia no mesmo grupo de meninos aquele que relatava o medo de trovão, um medo quase típico da infância, ancorado em fantasias comuns dessa época da vida.

Enquanto psicanalistas, podemos tentar ouvir e desvendar as fantasias inconscientes por trás do medo de trovão e sabemos que, desde que estejamos fora das áreas de risco de deslizamento, um trovão não ameaça a nossa existência. Agora, o que dizer há um menino que reside em uma área onde incursões policiais são frequentes, onde crianças morrem por projéteis de arma de fogo disparados a esmo<sup>7</sup>, e a polícia atira sem perguntar? Como acolher e trabalhar esse medo que, ainda que comporte fantasias, se ancora em dados duros da realidade? As regras das clínicas sociais propostas pelas instituições de forma-

---

7 Tal como ocorreu com Rafaelly da Rocha Vieira, uma menina negra de 10 anos, morta enquanto brincava no dia 25/01/2023, em São João de Meriti, município da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/26/menina-morta-em-sao-joao-de-meriti-e-o-sexto-caso-de-menor-atingido-por-bala-perdida-em-um-ano-no-rj.ghml>>.

ção de psicanalistas possibilitam, ou inviabilizam, o atendimento às crianças e jovens como este pré-adolescente, negro e periférico?

Com quem, ou o que, as nossas crianças negras são identificadas? Insisto e repito a pergunta na esperança de fazer a minha angústia e o meu mal-estar circularem e contagiarem outras e outros psicanalistas. E, imediatamente, lembro-me das contribuições de Judith Butler (2015) acerca dos enquadramentos normativos capazes de determinar quais vidas são valiosas e quais são dispensáveis sem grandes lamentos ou comoção. A autora explica que o pressuposto do luto decorrente da morte não está dado à vida de todos os sujeitos, mas somente às daqueles que importam para a sociedade. Aqui as estatísticas brasileiras gritam que há um recorte das infâncias que pode ser sacrificado sem nenhuma comoção pública à altura da magnitude dessa violência. Uma matéria do *Jornal Folha de São Paulo* (2021) com base nos dados dos sistemas de notificação de violência do Ministério da Saúde, divulgou que crianças e adolescentes negras de até 14 anos morrem 3,6 vezes mais por conta da violência armada do que as não negras. A matéria acrescenta ainda que entre os anos de 2012 e 2019, 3.288 crianças (de até 14 anos) e 148.241 jovens (de 15 a 29 anos) negros foram mortos por arma de fogo, número cinco vezes maior que o total de civis mortos nos conflitos no Afeganistão (27.179) no mesmo período, segundo a ONU (*Folha de São Paulo*, 19 de novembro de 2021).

O que nós, psicanalistas, estamos fazendo perante essa realidade? O que deixamos de fazer? Será que o pacto narcísico da branquitude incide sobre o nosso fazer, será que limita a nossa escuta? Assim, encerro esta apresentação, com mais perguntas do que quando iniciei.

**Jôse Lane de Sales**  
jose.lane@hotmail.com

## Referências

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S (Org.) *Psicologia social do racismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 25-57.

BUTLER, J. *Quadro de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BRASIL. Lei Federal 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Incluindo o ensino sobre a “História e a Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2003.

\_\_\_\_\_. Lei Federal 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2012.

FANON, F. (1952). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, C. P. Exclusão Social e invisibilidade: Desdobramentos traumáticos do racismo. In: Anais do VI CONPDL, 2017, Belo Horizonte. *Leituras interdisciplinares sobre racismo – quarto de despejo*. Belo Horizonte: Ami Comunicação & Design, 2017. Disponível em: <<http://www.conpdl.com.br/anaisconpdl6.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FREUD, S. (1927). *Futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).

\_\_\_\_\_. (1930). O mal-estar na civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 21).

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MENA, F; CAMAZAMO, P. (2021). Crianças negras morrem 3,6 vezes mais por arma de fogo que não negras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 nov. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/criancas-negras-morrem-36-vezes-mais-por-arma-de-fogo-que-nao-negras.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

NOGUEIRA, I. B. *Significações do corpo negro*. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. da S. (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. p. 59-90.

SALES, J. L. *Racismo no Brasil: um olhar psicanalítico*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

SILVA, M. L. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: KON, N. M.; SILVA, M. L da; ABUD, C. C. (Org.). *O Racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.